



## DA FILOLOGIA COMO AMOR AO PÉ DA LETRA

**Charlene Martins Miotti\***  
ENTREVISTA POR: **Rafael**  
**Guimarães Tavares da Silva\*\***

\* charlene.miotti@letras.ufjf.br  
Professora associada da Universidade Federal de Juiz de Fora.  
\*\* gtsilva.rafa@gmail.com  
Doutorando em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em  
Letras: Estudos Literários da Faculdade de Letras da Universidade  
Federal de Minas Gerais (Belo Horizonte, Minas Gerais).

Cara Profa. Charlene Miotti, você tem atuado de forma muito notável e constante no ensino e na divulgação dos Estudos Clássicos no Brasil. Com sua formação na área de Letras pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), desde a graduação (2003), passando pelo mestrado (2006) e pelo doutorado (2010) — incluindo aí um período de estágio de doutoramento (2008-9) na Università degli Studi di Siena (Unisi) —, seus trabalhos de pesquisa sobre o ensino do Latim e da literatura latina vêm aliados a uma preocupação com a divulgação e a democratização desses campos no país. Gostaria de mencionar aqui seus interesses de pesquisa, em torno aos quais giram vários de seus projetos conduzidos como Professora Associada de língua e literatura latinas na

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF): ensino de línguas e literaturas clássicas, intertextualidade e relações intergenéricas na literatura antiga, retórica e performance oratória na Antiguidade. Demonstrando consciência aguda sobre as diferentes formas de presença da Antiguidade no presente, você ainda tem atuado na área de tradução clássica: atualmente, propõe uma versão das *Declamações Maiores* de Pseudo-Quintiliano para o português. Cumpre destacar ainda que, em sua carreira, você alia a prática docente às tarefas administrativas e editoriais, das quais destaco especialmente sua posição como vice-presidente da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos (biênio 2020-2021) e editora-chefe da Revista *Classica* (SBEC).

O tema deste volume da *Em Tese* é a história dos Estudos Clássicos no Brasil. Você poderia nos contar um pouco sobre seus primeiros contatos com a tradição clássica? Que aspectos das culturas greco-romanas fizeram parte de sua educação na infância e na adolescência? Esses primeiros contatos deixaram algum tipo de lembrança ou marca?

Desde muito pequena, encontrei nos livros um refúgio para o sentimento de inadequação social que sempre senti. No meio do Ensino Médio, aos 15 anos de idade, quando os adolescentes já começam a receber perguntas sobre profissão, a inclinação para línguas e literatura já era bastante clara para mim. Por incentivo de uma professora de literatura da escola, formada na Unicamp (a Elaine Joaquim), comecei a ler contos de horror do Edgar Allan Poe, gênero que caiu como uma luva para minha puberdade melancólica. As frequentes citações em francês e latim trouxeram um interesse por essas línguas que se manteve ao longo de toda a minha formação universitária. Foi no “Barril de Amontillado” que uma frase latina chamou pela primeira vez minha atenção: *Nemo me impune lacessit*, lema da família de Montresor. Na edição a que tive acesso, a *sententia* não estava traduzida e, numa era pré-internet (computadores com modem e linha telefônica eram artigos de luxo na década de 90!),

os professores tinham papel semelhante ao dos oráculos. A Elaine, que tinha sido aluna de Francisco Achcar na sua graduação, traduziu a frase e me mostrou o impacto dessa informação para o enredo do texto. Esse prazer de acessar uma camada interpretativa não evidente para qualquer leitor despertou em mim algo que provavelmente colaborou para minha decisão de prestar vestibular para o curso de Letras na Unicamp – ainda que meu plano fosse, até então, o jornalismo.

Tenho convicção de que os professores são produtores de encantamento. Circula certo discurso segundo o qual buscar cativar a classe implica não acreditar no valor da literatura (em que o “desejo para que o aluno aprenda inevitavelmente encena um desejar por ele, e, conseqüentemente, coloca-o em uma posição de menoridade”, como li na Revista *Matraga*, da UERJ, em artigo de 2017). Nada mais longe da verdade, na minha opinião. Trazemos para a sala de aula fragmentos do que é possível abordar dentro de uma limitação temporal e essa escolha nunca é casual: hoje, eu busco emular os melhores exemplos que tive, compartilhando como posso algumas das descobertas que fizeram meus olhos brilhar, a depender também da resposta que recebo das novas gerações de leitores.

Passando para a época de sua formação universitária no curso de Letras na UNICAMP, você poderia nos contar um pouco sobre esse período? Como era a vida e a atmosfera da academia brasileira para alguém — ou melhor, como convém ter sempre em mente numa área como a de Clássicas, para uma mulher — realizando aí sua formação na primeira década do século XXI? Como o currículo era organizado? Quais disciplinas tiveram mais relevância em seu percurso pessoal? Quais professores foram mais marcantes para você e por quê?

Eu ingressei no curso de Letras no ano 2000, aos 17 anos, vinda de uma família da classe trabalhadora que teve poucas oportunidades de estudo (ainda criança, fui a primeira a trazer livros para casa, graças às bibliotecas das escolas onde cursei o ensino fundamental). A Unicamp me deu a chance de vislumbrar outro universo, antes completamente desconhecido e inacessível para mim — acho que essa é a regra para a maioria dos jovens estudantes. Enquanto estiver viva, defenderei a universidade pública, gratuita e de qualidade, que nos últimos 20 anos não tem medido esforços para se tornar cada vez mais inclusiva.

Naquela época (não sei dizer se isso se alterou), o currículo de clássicas na Unicamp era constituído de oito semestres de latim e de grego clássico na graduação, em que

víamos língua e literatura conjuntamente. Mesmo num curso de Letras, não era fácil encontrar jovens pesquisadoras atuando na docência (parte disso se devia, evidentemente, à política neoliberal que sucateou as universidades ao longo dos anos 90 e interrompeu a reposição de quadros). O exemplo da Profa. Isabella Tardin Cardoso me marcou bastante e reforçou aquele interesse que eu já trazia da escola (representatividade importa, e muito). Com o passar dos semestres, fiquei absolutamente fascinada com as literaturas latina e grega através das lentes de Paulo Sérgio de Vasconcellos e Flávio Ribeiro de Oliveira, mas, como juvenzinha diletante, era muito atraída por outras literaturas também. Fiz iniciação científica sobre Monteiro Lobato (a Profa. Marisa Lajolo tinha um projeto temático na Fapesp, com recursos para recrutar alunos) e cogitei fazer mestrado sobre Hilda Hilst, que me arrebatou no último ano de curso.

Nos primeiros anos da era Lula, o otimismo quanto à carreira acadêmica era muito grande (havia bolsas, incentivo, horizonte) e eu só queria continuar estudando mais um tempo. Vi na questão da metodologia de ensino de latim um tema de pesquisa instigante que, à época, me pareceu ainda pouco explorado. Foi difícil explicar em casa como eu sobreviveria me especializando em línguas antigas, mas conseguir financiamento da Fapesp selou

minha decisão. Sem bolsas de estudo, eu certamente não teria seguido carreira acadêmica.

Você tem trabalhado frequentemente com a questão do ensino da língua e da literatura latina. Seu mestrado foi sobre *O Ensino de Latim nas Universidades Públicas do Estado de São Paulo* e, desde então, você tem realizado projetos dedicados, por exemplo, à pesquisa de Letras Clássicas na escola, à resolução de conflitos por meio da literatura clássica e às práticas ativas no ensino de Latim. Você pode nos contar um pouco sobre esses projetos?

Todos esses projetos foram idealizados por colegas igualmente interessados no tema, para os quais tive a honra de ser convidada a colaborar. O Letras Clássicas na Escola começou como um projeto de iniciação científica do Prof. Fábio Fortes, na UFJF, ao qual me integrei assim que passei no concurso em Juiz de Fora, em 2013. A proposta era desenvolver abordagens e materiais paradigmáticos que pudessem levar um pouco de cultura clássica para escolas de ensino fundamental, envolvendo alunos de ensino médio e graduação nessas ações que estreitassem o saber universitário e a realidade de sua aplicação nas salas de aula do município. Conseguimos financiamento da Fapemig por 2 anos (numa época em que nossa agência estadual ainda honrava seus contratos) e o

projeto se desdobrou em outros por mais 4 anos, com a colaboração também da Profa. Fernanda Cunha Sousa, que se juntou à equipe em 2014.

Em 2018, o Prof. Martin Dinter (King's College London) obteve financiamento do Arts and Humanities Research Council para realizar o projeto "Conflict Resolution through Classical Literature", do qual vários colegas brasileiros participaram como colaboradores, apresentando resultados de pesquisa em Bogotá e Londres (o terceiro workshop ocorreria em Manaus em 2020, mas a pandemia interceptou esse plano... com sorte, poderemos nos reunir em 2022). A ideia era aliar a pesquisa acadêmica em estudos clássicos à experiência prática das instituições envolvidas nas zonas de conflito (inclusos juizes, militares e diplomatas), principalmente na América Latina, visando à educação para a paz. O contato com representantes do exército colombiano na Universidade de Los Andes, em abril de 2019, foi particularmente sugestivo: nem sempre o diálogo que imaginamos salutar é plenamente possível num contexto de tensões sociais. Enquanto buscávamos detalhes práticos sobre estratégias de resolução de conflitos, eles pareciam inteiramente preocupados em legitimar diante de nós seu papel junto ao povo da Colômbia, justificando-se por medidas que não lhes garantiram melhor reputação.

O projeto “Práticas ativas no ensino de Latim: atividades em sala de aula”, da Profa. Leni Ribeiro Leite (UFES), realizado entre 2019 e 2021 com recursos da Fapes, também teve seu planejamento inicial bastante afetado pela pandemia (tínhamos passagens compradas para encontros de trabalho que pressupunham testes presenciais com grupos de alunos, e isso, infelizmente, não pôde acontecer). Com o objetivo de produzir materiais de apoio ao professor que oferecessem atividades paradidáticas na perspectiva das práticas ativas (quer dizer, incluindo as habilidades de fala e escrita criativa no ensino de latim, geralmente voltado mais para a leitura e tradução), o projeto também visava complementar e aprofundar os conteúdos disciplinares para além da proposta dos livros didáticos, na esteira da publicação do *Latine Loqui*, método de ensino baseado em práticas ativas desenvolvido pela Leni e publicado pela Edufes em 2016.

São questões sobre as quais estamos continuamente pensando, a partir das experiências em sala de aula, que efetivamente se transformam a cada ano, à medida que as novas gerações chegam até nós trazendo novos anseios. Se tudo der certo, em 2022 sairá um livro organizado pelos professores Fábio Fortes e Leni Ribeiro Leite, com o título “Estudos Clássicos: questões

epistemológicas, teóricas e analíticas”, para o qual contribuo com um capítulo sobre intertextualidade.

**Como você concebe a relevância do ensino de línguas e literaturas clássicas na atualidade à luz de suas próprias vivências e pesquisas? Levando em conta sua experiência, há abordagens mais apropriadas à atuação de classicistas que lecionam especificamente no contexto brasileiro?**

Estou certa de que estudar os processos constitutivos de nossa cultura oferece uma perspectiva muito proveitosa para professores, cientistas, humanistas em geral. Conhecer a Antiguidade até nos seus piores aspectos (a escravidão, as tiranias, a misoginia, p. ex.) nos ajuda a compreender como chegamos a nosso atual estado de coisas. Se isso não necessariamente nos capacita para o enfrentamento do futuro, ao menos nos dá dimensão da miséria de nossa condição para que avancemos com menos ingenuidade.

Evidentemente, o grau de aprofundamento de cada um dependerá de uma série de fatores: oportunidades de inserção (projetos, orientadores, bolsas de estudo), tempo disponível, vocação e interesse pessoal, entre outros. Nem todos os interessados em mitologia e literatura clássica buscarão meios para aprender grego ou latim e

acho que, embora tenhamos o objetivo final de formar mais tradutores, se um dia quisermos acessar todos os textos antigos em língua portuguesa, não podemos nos furtar do trabalho de divulgação científica, que leva para fora dos muros acadêmicos notícias do que fazemos.

Muito se discute, hoje em dia, sobre métodos de ensino de língua. O assunto que me parecia ainda pouco explorado em 2004, quando comecei minha pesquisa de mestrado, recebeu a atenção de muitos pesquisadores talentosos no Brasil e no exterior desde então. Acompanho com alegria o estabelecimento de novas abordagens (como as práticas ativas, que há 15 anos, na falta de melhor juízo, considereei inadequadas ao objetivo da proficiência de leitura) e vejo a diversidade como um elemento indispensável para um ensino plural e para a constante atualização das práticas docentes.

Infelizmente, não constato a mesma abundância no âmbito da literatura. Há quem defenda até que “não faz sentido algum falar de ‘técnicas de ensino’ da literatura”, como se publicou no v. 24, n. 40 da Revista *Matraga*, sob os argumentos mais variados. Não obstante, o assunto não poderia ser mais urgente, segundo me parece. Na UFJF, tenho buscado alternativas ao *close-reading* das aulas expositivas tradicionais e obtido bons resultados,

que incluem maior participação dos alunos nas atividades propostas, maior adesão de leitura e afeto positivo autodeclarado. É bem verdade que não se pode agradar a gregos e troianos, mas o esforço que porventura se faça para estabelecer pontes não passa despercebido. Ao fim e ao cabo, a sobrevivência de uma área como a de clássicas depende fundamentalmente de quantos jovens escolhem se dedicar a ela, apesar de todos os contras.

No cotidiano de ensino, considero fundamental acolher e discutir o incômodo dos alunos em relação à naturalização da violência contra escravos ou do estupro de mulheres quando lemos, por exemplo, as peças de Plauto. Apresentar o mundo antigo em toda a sua complexidade é, certamente, mais difícil do que selecionar os trechos que ainda hoje nos fazem amá-lo. Parece-me, também, que vale a pena estarmos atentos para o modo como propagamos nosso entusiasmo com os estudos clássicos: o capital cultural humano pode ser abordado por múltiplas vias e, embora vejamos claramente as vantagens da perspectiva diacrônica, validar outras abordagens nos poupa o trabalho de ter que advogar pelos benefícios exclusivos de nosso objeto. Prefiro pensar nos estudos clássicos como mais uma forma de ler o mundo, entre tantas possíveis.

No campo da tradução clássica, como se dão suas escolhas? O que te levou a se interessar por traduzir uma obra como as *Declamações Maiores* de Pseudo-Quintiliano? Você pode nos contar um pouco sobre essa obra e o que ela tem a nos dizer ainda hoje?

Pela condução do meu orientador no mestrado e no doutorado, o Prof. Marcos Aurélio Pereira, a quem devo muito do que aprendi no meu processo de formação como pesquisadora, elegi no meu projeto de doutorado uma parte da *Institutio Oratoria* de Quintiliano para traduzir e comentar (naquele momento, ainda não havia uma tradução integral da obra para o português e fui seduzida pelo tema do humor forense, abordado pelo autor no capítulo 3 do sexto livro e apresentado a mim pelo Marcos). Desde então, tenho me dedicado ao estudo da retórica latina, paralelamente a outros interesses, como você viu. A atração pelas declamações surgiu a partir de algumas constatações: 1) não havia traduções em português para as declamações de Pseudo-Quintiliano (aliás, são pouquíssimas traduções no gênero declamatório em geral), que representam um corpus importantíssimo no contexto da retórica imperial e nos concedem a oportunidade de refletir sobre a aplicação prática dos preceitos da *Institutio Oratoria*; 2) dos 19 discursos reunidos sob o título de *Declamações Maiores*, ao menos 12 tratam

de questões que podem ser consideradas nefandas – assassinatos em família ou em resposta a uma tentativa de estupro (1, 2, 3), o suicídio motivado por uma profecia sinistra (4), a mãe que deve escolher qual dos filhos sacrificar (8), a magia sobre o sepulcro de uma criança (10), o canibalismo entre cidadãos de uma cidade inteira (12), a “poção do ódio” administrada por uma prostituta para mitigar a obsessão amorosa de um cliente (14-15), a tentativa de parricídio com veneno (17) e o incesto entre mãe e filho (18-19), sendo que as declamações 14-15 e 18-19 são especialmente valiosas porque trazem o “caso completo”, isto é, os discursos de acusação e defesa sobre a mesma causa. De alguma forma, aquele fascínio primordial pelo horror se somou à minha privilegiada formação na Unicamp: o estudo sobre Quintiliano e o grupo de trabalho sobre intertextualidade do Prof. Paulo Sérgio de Vasconcellos construíram as bases para o meu atual projeto de pesquisa na pós-graduação (“Horresco referens”: estudo e tradução de casos nefandos nas declamações latinas). A dedicação de orientandos de TCC, iniciação científica, mestrado e doutorado tem levantado questões, na minha opinião, muito potentes: como dialogam os gêneros dramáticos e o declamatório em contexto romano?; em que medida a situação política do império pode ser um fator de interesse na análise de uma produção literária que se volta para os aspectos

mais aterradores das relações humanas (uma vez que a literatura, como criação humana, não está apartada da sociedade que a acolhe)?; que papel declamações dessa natureza tinham para o entretenimento e a educação dos jovens no início da era comum?

Enfim, esse corpus tem me dado ocasião de refletir sobre relações entre educação e literatura no início da era comum, literatura e direito romano, política e produção artística. Até agora, dessas 12 declamações que selecionei para o projeto, 9 já estão ou completamente traduzidas (algumas publicadas, outras aguardando publicação) ou com tradução em curso. Espero conseguir arrebanhar mais alguns alunos para a tarefa nos próximos anos. Tenho vagas de mestrado e doutorado para 2022, aliás!

Como mencionado anteriormente, você atua como editora-chefe da *Classica* (SBEC). Acredito que a função editorial, embora basilar para o desenvolvimento da ciência e para a articulação da comunidade acadêmica de modo geral, seja frequentemente desvalorizada no ambiente universitário. Como tem sido sua experiência editorial em termos de dificuldades e desafios inerentes a essa função? Você acredita que seja possível fazer algo para promover sua valorização de forma mais ampla?

Há poucos dias conversava com o Prof. Fábio Faversoni, um dos membros do conselho editorial da SBEC, sobre as políticas de avaliação da CAPES (Qualis e Plataforma Sucupira), a que estamos todos em alguma medida submetidos. Nas ciências humanas, como ele bem apontou, um manuscrito demora 10 ou 20 anos para alcançar seu potencial de impacto (em número de citações, por exemplo), enquanto artigos de outras áreas, regidas por práticas de pesquisa profundamente diversas, às vezes já estão obsoletos de um quadriênio para outro. Como nos últimos anos a pressão por publicação sobre docentes e discentes nos programas de pós-graduação é cada vez maior – as ameaças vão do descredenciamento à perda de bolsas e verbas para pesquisa, “se a nota não subir” –, assistimos à multiplicação de periódicos, pedidos de parecer ou revisões, convites para bancas e eventos, enquanto as condições de trabalho, remuneração e auxílio à pesquisa se deterioram continuamente. Nesse processo, os editores de revistas científicas veem chegar um volume cada vez maior de textos, e o fluxo editorial se intensifica ao mesmo tempo em que cresce, *pari passu*, o número de submissões apressadas, que não passaram pela devida revisão textual ou não observam as normas da revista com rigor (esse trabalho de adequação fica relegado aos pobres editores).



Na outra ponta, a falta de valorização do parecer especializado também é flagrante. Como atividade forçosamente anônima (para preservar a impessoalidade), está contemplada no Curriculum Lattes entre os muitos negligenciados itens dos “trabalhos técnicos”, quando sabemos que uma avaliação criteriosa, construtiva e circunstanciada pode levar dias para ser realizada a contento. Serei honesta: o maior desafio de um editor, hoje, é conseguir que seus pares aceitem emitir pareceres dentro de suas especialidades, cumpram os prazos combinados ou, ao menos, respondam prontamente declinando o convite. O *ghosting* é a prática dominante no mundo acadêmico e isso gera, fora de dúvida, o maior desgaste para quem ocupa essa função.

No último congresso da SBEC, em Juiz de Fora (2019), foi organizado um “Encontro de Editores de Revistas Brasileiras de Estudos Clássicos” em que muitas dessas questões foram discutidas. As representações de associações científicas têm atuado junto à SBPC, CAPES e órgãos de fomento para promover não só consciência, mas sensibilização a respeito dos muitos problemas inerentes à adesão a parâmetros unificados de avaliação (pensemos no Google Scholar com os índices h e i10). Temos um longo caminho pela frente, em que será preciso congrega os avanços tecnológicos (expansão do modelo Open

Access, detectores de plágio, versões do Open Journal Systems, marcações XML, indexações etc.) à necessária reflexão humanista sobre as condições de produção de conteúdo relevante, original e qualificado.

**Sabemos que muitas transformações ocorreram nas últimas décadas no campo dos Estudos Clássicos e, mais especificamente, na área de Letras Clássicas: a criação da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos (SBEC), em 1985; a retirada da obrigatoriedade do estudo de latim dos cursos de Letras, sobretudo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996; a expansão universitária, com a criação de novos centros de Letras Clássicas em diferentes regiões do país etc. Como você encara a situação das Letras Clássicas no Brasil de hoje, incluindo aí sua experiência como professora associada de língua e literatura latinas na UFJF? Quais são os avanços, os retrocessos e os desafios da realidade atual em vista da situação de meados do século XX?**

Acho que, apesar dos pesares de nosso momento político atual, a área de Estudos Clássicos no Brasil está no seu melhor momento até agora. Ao invés de minguar até a extinção, como muitos anunciaram há algumas décadas, o que vimos nos últimos anos foi uma renovação magnífica nos quadros docentes e discentes (fruto do trabalho

e do encantamento produzido pelos professores que se dedicaram à área ao longo da difícil segunda metade do século XX), pesquisas de alto nível, traduções inéditas, projeção nacional e internacional do nosso trabalho, além de colaborações transdisciplinares muito profícuas.

As publicações da Lei de Diretrizes e Bases 4024/61, cujos atos adicionais tornaram facultativo o ensino do latim na educação básica, e da LDB 9394/96, cujos atos adicionais tornaram facultativo o ensino do latim em nível superior, levaram muitos a prever um futuro adverso para a área. Recomendo vivamente a tese de doutorado do Prof. José Amarante Santos Sobrinho<sup>1</sup>, da UFBA, que explora em detalhe a trajetória da legislação sobre o latim e a chamada “Querela dos antigos e modernos” no Brasil. Tomo a liberdade de citar um trecho selecionado pelo Prof. Amarante para exemplificar o impacto trágico que as mudanças na legislação tiveram para humanistas como Ernesto Faria:

Às questões de saúde, porém, somou-se uma outra, por certo bem mais grave: o duro golpe que os estudos clássicos sofreram com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4024, de 24/12/61), que, ao revogar a Reforma Capanema, é, realmente, um divisor de águas na história da educação brasileira. Ficou-nos, além do mais, esse marco de triste memória:

a morte trágica de Ernesto Faria em plena Congregação da Faculdade Nacional de Filosofia, na sessão de 14 de março de 1962, iniciada às 15 horas, e assim tragicamente interrompida.

Ao discutir a nova legislação, não resistiu ao tratamento que dá ao latim. E o protesto violento, que começara a escrever de manhã, em casa, ficou em pouco mais de uma página. O grande defensor dos estudos clássicos e da formação humanística morreu com o latim. (VALLE, 2006, p. 22)<sup>2</sup>

Se a retirada da obrigatoriedade reduziu significativamente os postos de trabalho para classicistas no ensino básico e superior, ao menos não foi suficiente para aniquilar a área de estudos clássicos no país, como muitos auguraram. Pelo contrário. Uma universidade de tradição classicista como a própria UFMG, por exemplo, optou em decisão colegiada por um currículo de Letras bastante aberto às escolhas dos próprios estudantes, desvinculando totalmente a oferta de disciplinas da questão da obrigatoriedade.

Do meu ponto de vista, um currículo básico com algumas disciplinas obrigatórias tem a vantagem de garantir que todos os alunos tenham acesso a uma introdução sobre cada área e, portanto, tenham a oportunidade de conhecê-las minimamente e avaliar em qual delas

1. AMARANTE SOBRINHO, José. *Dois tempos da cultura escrita em latim no Brasil: o tempo da conservação e o tempo da produção*. Tese de Doutorado. Salvador: UFBA, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/17088>

2. VALLE, Rosalvo do. Professor Ernesto de Faria Júnior, *Confluência*, Número em homenagem a Ernesto Faria, Rio de Janeiro, nº 31, 1º set. 2006, p. 11-48.

há afinidade para prosseguir. Um currículo totalmente aberto aposta na maturidade e na autonomia dos ingressantes num curso superior, mas não é raro que conversas de corredor (do tipo: “latim é difícil!”) tenham um grande impacto nos percursos acadêmicos dos mais jovens e, em última instância, determinem o número de alunos matriculados, o espaço que cada área ocupará na grade e até o direcionamento de futuras vagas de docência.

Aqui na UFJF, acabamos de ampliar nossa Licenciatura em Português-Latim para Licenciatura em Português-Línguas Clássicas e nosso Bacharelado em Tradução-Latim para Bacharelado em Tradução-Línguas Clássicas, tornando os dois primeiros níveis de grego obrigatórios para a ênfase e aumentando significativamente o número de disciplinas eletivas em literatura grega. É um passo importante na valorização do grego no currículo, no reconhecimento de ambas as culturas como referências clássicas contíguas e na consolidação da UFJF como centro de formação específica na área, coisa que pouquíssimas universidades no Brasil oferecem.

Sabemos, por outro lado, das amargas lutas que muitos colegas enfrentam Brasil afora para garantir ao menos a possibilidade de oferecer disciplinas de introdução aos estudos clássicos na graduação em Letras. Premidos

pelo argumento da sobrecarga de trabalho a que estão submetidos colegas que lecionam em áreas de maior inserção no mercado, muitos professores dedicados acabam cedendo às necessidades práticas em seu contexto e perdemos todos em diversidade e aprofundamento de questões diacrônicas que, no limite, são um diferencial importante para o profissional de Letras.

Houve uma recente polêmica no campo dos Estudos Clássicos nos EUA, a partir de um pretense cancelamento de Homero como referência literária na educação de crianças e jovens. Sem querer entrar aqui nos detalhes da polêmica — até porque sua motivação parece ter sido uma peça publicitária deliberadamente escandalosa —, gostaria apenas de recorrer ao valor metonímico que Homero adquiriu no âmbito da cultura ocidental, como representação do próprio legado clássico, para perguntar o seguinte: constatando a voga cada vez mais violenta de discursos disruptivos da tradição clássica, em áreas como Teoria da Literatura, Sociologia e Filosofia — a partir de abordagens feministas, decoloniais, dos *gender studies* e dos *black studies*, por exemplo —, assim como, paulatinamente, no seio dos próprios Estudos Clássicos, como refletir sobre a presença e o estudo de Homero no presente?

Minha percepção é a de que a resistência aos estudos clássicos não se deve apenas à Antiguidade em si, à ideia enviesada de que se trata do legado de homens brancos aristocratas, ou a passagens específicas dos textos literários antigos propriamente ditos, mas a certa abordagem tradicional, um tanto excludente (e disso orgulhosa), que se funda majoritariamente no proselitismo em relação ao cânone e à tradição, segundo o qual a era de ouro de gregos e romanos representa o melhor dos mundos e a ele não cabem críticas (ou ainda: sem domínio desse universo clássico, não é possível exercer a intelectualidade legitimamente). Essa é uma conduta pela qual, infelizmente, nossa área ficou conhecida no imaginário coletivo (reconheço também o papel da atuação de alguns colegas nessa construção). E não sem razão.

O chamado “incidente”<sup>3</sup> ocorrido no encontro anual de 2019 da *Society for Classical Studies*, em que Mary Frances Williams fez insinuações racistas a Dan-el Padilla Peralta enquanto defendia apaixonadamente a meritocracia no meio acadêmico, é apenas um exemplo do tipo de discurso que ainda circula, embora com cada vez mais constrangimento. A apropriação de imagens, símbolos e dicção greco-romana pelas ideologias de extrema-direita certamente tem sua parcela de contribuição nesse cenário<sup>4</sup>. Aliás, recomendo vivamente a resenha do

Prof. Paulo Sérgio de Vasconcellos, publicada no último número da revista *Classica* (v. 34, n. 2), para a nova edição da *Gramática Latina* do Padre João Ravizza (Rio de Janeiro: editora CDB, 2020), “o mais completo e abrangente manual de gramática latina já publicado em língua portuguesa” (2020, p. 15). Ilustra com clareza como até o presente momento o latim aparece associado ao conservadorismo mais renitente, fomentado também pela sua longa história como língua oficial da igreja católica.

Nesse sentido, podemos comparar a trajetória do ensino de latim no Brasil com os novos desafios da área: se durante muito tempo os estudantes de latim sofreram os rigores de métodos obsoletos, que apresentavam, por exemplo, frases de cunho religioso ou gosto duvidoso para tradução – traços que resistem até nas reedições mais recentes<sup>5</sup> –, o interesse pela língua foi admiravelmente renovado pela ação de novas condutas e publicações. A reflexão contínua sobre como abordamos e ensinamos nosso conteúdo é tarefa indispensável para os estudiosos de qualquer área, tanto mais para os classicistas.

Dito isso, não vejo qualquer incompatibilidade no estudo da tradição clássica e abordagens feministas, decoloniais, a partir dos *gender* e *black studies*. Tenho

3. Confira o vídeo em: <https://www.insidehighered.com/news/2019/03/04/new-video-shows-exactly-what-was-said-during-heated-discussion-annual-gathering>

4. A esse respeito, vale a pena conferir o arejado capítulo de FLEMING, Katie. The use and abuse of Antiquity: the politics and morality of appropriation. In: MARTINDALE, Charles & THOMAS, Richard F. (Eds.) *Classics and the uses of Reception*. Oxford: Blackwell, 2006. p. 127-137.

5. Exemplos curiosos podem ser encontrados em BERGE, D.; CASTRO, L.; MULLER, R. *Ars Latina: curso prático da língua latina*. Edição reformada e atualizada por Amós Coelho da Silva e Airto Ceolin Montagner. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012. p. 17, 23, 27, 31 etc.

buscado trazer para minha bibliografia de trabalho mais autoras e vejo que há muitas colegas talentosas, não-anglófonas, ganhando projeção nos últimos anos (algumas delas veremos no XXIII Congresso da SBEC, de 20 a 24 de setembro de 2021). A proposta de trabalho de Dan-El Padilla Peralta, que tem causado comoção no exterior, também me parece um exemplo notável de como conciliar o estudo da Antiguidade e as abordagens contemporâneas – o artigo “Epistemicide: the Roman case”, de sua autoria, publicado no v. 33, n. 2, da *Revista Classica*, é uma compilação de sua brilhante conferência no XXII Congresso da SBEC, em Juiz de Fora, oportunidade na qual muitos aspectos dessa questão foram explorados. Não tenho dúvidas de que teremos ainda mais opções no futuro.

Creio que seja preciso, também, problematizar a ilação segundo a qual estudar a Antiguidade a partir dos textos gregos e latinos implique necessariamente uma visão eurocêntrica da humanidade (todo semestre aparecem comentários nesse sentido dos alunos ingressantes no curso de Letras). Além de o conceito geopolítico de Europa ser uma construção moderna (assim como os estados nacionais da Grécia e da Itália), essas línguas foram veículo de transmissão de um vasto legado da mais diversa cultura humana. Talvez o estereótipo moderno

de gregos e romanos como “homens brancos europeus” obnubile o reconhecimento de que as metrópoles antigas eram profundamente miscigenadas e se afirmaram como referências em todo o mundo conhecido precisamente por conta do influxo das muitas culturas que para lá convergiam. Mary Beard é uma das pesquisadoras que tem se aplicado a desconstruir essa noção de Grécia e Roma como impérios brancos, em vários de seus artigos publicados no *The Times* e incluídos no livro *It's a Don's Life* (2009).

Como se sabe, costuma-se chamar de “mundo helenizado” à extensão de terras que foram, em algum momento, dominadas pelo império grego – vale lembrar que Alexandre Magno só não chegou à China porque morreu aos 33 anos, mas no caminho para o Oriente fundou inúmeras Alexandrias e espalhou por praticamente todo o mundo conhecido a influência macedônica em língua grega, enquanto registrava testemunhos sobre os povos com os quais teve contato. Além disso, há de ser considerada também a perspectiva das trocas culturais espontâneas ou oriundas de interesses comerciais. Todo o norte da África está incluído no conceito de “mundo helenizado”, nessa complexa mistura de influências que foi a Antiguidade greco-romana. O próprio alfabeto grego, concebido a partir do século IX AEC, é fruto da

influência fenícia (no atual Líbano), também muito marcada no mito de fundação da cidade de Cartago (na atual Tunísia). Boa parte das narrativas mitológicas egípcias, inclusive, nós conhecemos modernamente porque suas histórias foram escritas em grego e assim transmitidas. A próxima publicação da tradução da Profa. Maria Aparecida de Oliveira Silva para o tratado *De Ísis e Osíris*, de Plutarco, em edição bilíngue, é um exemplo eloquente.

Graças à Biblioteca de Alexandria, ainda hoje um marco da vida cultural egípcia, já na Antiguidade textos originais começaram a ser copiados e transmitidos – muitos deles só chegaram até a modernidade pelo esforço conjunto de múltiplas gerações e povos envolvidos nesse trabalho de preservação. Aliás, uma das fontes mais ricas de papiros gregos originais está no sítio arqueológico de Oxirrinco, em Al-Bahnasa, a 160 km de Cairo. Ali, milhares de fragmentos acumulados no que seria uma “lixeira papirológica” estão ajudando a reconstruir poemas perdidos ao longo da tradição. As trocas entre o norte da África, a Ásia e outros territórios ao sul do Mediterrâneo também não ficam restritas ao período helenístico: um dos mais importantes autores latinos da Antiguidade Tardia, Agostinho de Hipona (ou Santo Agostinho), é natural da atual Argélia, como muitos outros que ajudaram a constituir o que conhecemos por romanidade (quanto

à literatura grega, pensemos em Ateneu de Náucratis e seu monumental *Banquete dos Eruditos*, em 15 livros).

Se vamos cancelar Homero, por que não cancelaríamos Dostoiévski (cujos personagens de tantos romances expressam a mais declarada misoginia), Kant e Hegel (por trechos racistas em suas obras)<sup>6</sup> ou até Simone de Beauvoir, por sua perspectiva homofóbica, oriunda do binarismo de seu tempo, em *O segundo sexo*? O risco que se corre, a esse ponto, é reeditarmos o *Index Librorum Prohibitorum* da Idade Média, só atualizando os censores e seus critérios. Para fazer a devida crítica, é preciso conhecer não só a letra do texto, mas as circunstâncias históricas que o abrigaram. Ler os clássicos com proveito é também acomodar nossas perspectivas contemporâneas enquanto sujeitos modernos, sem esquecer de situá-los historicamente.

**Que conselho(s) você daria a pessoas que atualmente começam a se dedicar ao campo dos Estudos Clássicos?**

Dedicar-se a estudar qualquer coisa nunca é perda de tempo. Numa sociedade como a nossa, eleger um curso de graduação na área de humanidades é já um ato revolucionário. Seguir carreira de professor, pesquisador, cientista requer coragem, claro, mas ao fim e ao cabo,

6. Recomendo o texto de Rivair Macedo e Natalia Pietra Méndez (docentes do Departamento de História/UFRGS), em réplica ao artigo “Irracionalismos Identitários”, do Prof. Rogério Severo (Departamento de Filosofia/UFRGS), publicado na Revista Estado da Arte em 08/09/2020: <https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2020/09/sobre-racismo-sexismo-fronteiras-epistemicas-e-racionalidade-moderna-por-natalia-pietra-mendez-e-jose-rivair-macedo/>

nossas escolhas determinam em que atividades empregaremos nosso tempo de vida e, num trabalho que paga as contas e não alimenta a alma, é bem mais difícil sobreviver a longo prazo.

Circunstâncias políticas mudam mais rápido do que o tempo que levamos para concluir plenamente uma formação acadêmica, então é mais sensato pautar nossas decisões para o futuro com base nos nossos interesses e vocações íntimas do que no pessimismo que se instalou nas universidades desde o golpe de 2016, a partir do qual os investimentos em educação e pesquisa despencaram. Como professora, me permito ser otimista de vez em quando e vislumbrar para todos nós um retorno ao Brasil promissor da primeira década deste milênio.

Assim, gostaria de convidar todos os que tiveram o privilégio de, no Brasil do século XXI, aprender grego clássico e/ou latim, a traduzir. Não só porque a tradução nos leva a conhecer melhor o texto ao qual nos dedicamos, nos mais ínfimos detalhes, mas porque ainda temos um universo de textos antigos nunca traduzidos para o português. Não consigo pensar em contribuição mais expressiva para a área do que verter para nossa língua um texto inacessível àqueles que não dominam línguas antigas: esse gesto, aproveitando a especialidade dos

profissionais de Letras, fomenta a expansão dos estudos clássicos, inclusive na interface com outros campos do saber. Se pudermos estender nosso encantamento com o passado a mais pessoas, creio que teremos cumprido nossa missão como classicistas.